



Número: **0012311-88.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 30ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **04/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE MARCOS MOTA RODRIGUES (AUTOR)		EWERSON VILAR DE LIMA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
68937455	02/10/2020 10:17	2708659_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01	Petição em PDF



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00123118820208172001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE MARCOS MOTA RODRIGUES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Inicialmente, cumpre informar que o laudo pericial apresentado informa data do acidente diversa do processo em tela, eis que de acordo com a petição inicial e boletim de ocorrência o sinistro ocorreu em 03/07/2017, enquanto o documento menciona a data de 05/04/2019.

PAULO MENEZES
PERÍCIAS MÉDICAS

Nº do processo: 0012311-88.2020.8.17.2001

Nome Completo: JOSE MARCOS MOTA RODRIGUES

Assinatura do Reclamante: _____

CPF: 195.732.274-87

Vara: 30 * VARA CÍVEL DA CAPITAL – SEÇÃO A

Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes

Informações do Acidente

Local do Acidente:
RECIFE - PE

Data do Acidente: **05.04.2019**

Avaliação

I) Há lesão cuja a etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo auto-motor de via terrestre?

a) ☒ Sim b) ☐ Não

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):
MEMBRO INFERIOR ESQUERDO

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

Atrofia muscular em coxa esquerda + dor na região do joelho esquerdo + limitação da amplitude de movimentos em quadril E + pseudogartrose do fêmur Esg + marcha claudicante.

V) Em virtude da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

a) ☐ Sim, em que prazo: _____

b) ☒ Não

Em caso de enquadramento da opção "a" ou de resposta

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLICIA DA 006ª CIRCUNSCRIÇÃO - CORDEIRO - DP6ªCIRC DIM/2ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 17E0096006709

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 21/11/2017 às 11:05

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado) que aconteceu no dia 3/7/2017 às 23:45

Fato ocorrido no endereço: BAIRRO DE CORDEIRO (BAIRRO), 01, RUA CLÁUDIO BROTHERHOOD
- Bairro: CORDEIRO - RECIFE/PERNAMBUCO/BRASIL
Local do Fato: VIA PUBLICA

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

ESTADO (AUTOR/AGENTE)
JOSÉ MARCOS MOTA RODRIGUES (VITIMA)

Boletim da ocorrência



Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEÍCULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse de(a) Sr(a): JOSÉ MARCOS MOTA RODRIGUES

Qualificação de(s) pessoa(s) envolvida(s)

JOSÉ MARCOS MOTA RODRIGUES (presente ao plantão) - Sexo: Masculino/Mãe: MARIA JOSÉ MOTA RODRIGUES Pol: DANIEL DE ARAÚJO RODRIGUES Data de Nascimento: 25/10/1959 Naturalidade: RECIFE / PERNAMBUCO / BRASIL Documentos: 179406133PIPE (RG), 19573227407 (CPF) Estado Civil: DIVORCIADO(A) Escolaridade: 3ª, GRAU COMPLETO Telefones Celulares: - 999960664

Endereço Residencial: BAIRRO DE CORDEIRO (BAIRRO), 126, RUA NITEROI - CEP: 55009-000 - Bairro: CORDEIRO - RECIFE/PERNAMBUCO/BRASIL

ESTADO - Ramo de Atividade: NAO INFORMADO

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito, tendo em vista que não foram acostados documentos médicos à época do acidente, a saber, 03/07/2017.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo. Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor, bem como não apontou a invalidez para a data do sinistro em questão. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial os documentos médicos emitidos anos após o sinistro, apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado e o aludido sinistro de trânsito, eis que a documentação médica faz referência ao sinistro ocorrido em 2019.

Há de se observar ainda, que o mesmo laudo pericial foi acostado em processo diverso, de nº 0076255-98.2019.8.17.2001, em trâmite na 12ª Vara Cível da Capital – PE, cujo pleito se refere ao complemento de indenização do seguro DPVAT face ao acidente ocorrido em 05/04/2019.



PAULO MENEZES
FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO

Nº do processo: 0076295-98.2019.8.17.2001
Nome Completo: JOSE MARCOS MOTA RODRIGUES
Assinatura do Reclamante: *[Assinatura]*
CPF: 195.732.274-87 Voto: 12ª VARA CÍVEL DA CAPITAL - SEÇÃO A

Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes

Informações do Acidente:
Local do Acidente: **REOFE-PE**
Data do Acidente: **05.04.2019**

Avaliação
II) Há lesão cuja a etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo auto-motor de via terrestre?
a) ☒ Sim b) ☐ Não
Se sim, descreva a(s) lesão(s) encontrada(s):
MEMBRAS INFERIORES ESQUERDAS

III) Descrever o quadro clínico atual informando:
a) qual (quais) região(s) corporal(is) encontrada(s) se acometida(s):
MEMBRAS INFERIORES ESQUERDAS
b) as alterações (distúrbios) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e incompatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico-hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda da lesão:
LESÃO TRANSITÓRIA EM MEMBRAS INFERIORES ESQUERDAS, SEM SINAIS DE INVALIDEZ PERMANENTE

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito, incluindo medidas de reabilitação)?
a) ☐ Sim b) ☒ Não
Se sim, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:
a) ☐ distúrbios apenas temporários
b) ☒ dano anátomo-cósmico funcional definitivo (separado)
Em caso de dano anátomo-cósmico funcional definitivo, informar as lesões físicas, impoéticas e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima:
LESÃO TRANSITÓRIA EM MEMBRAS INFERIORES ESQUERDAS, SEM SINAIS DE INVALIDEZ PERMANENTE
c) ☐ dano anátomo-cósmico funcional definitivo (separado)
Em caso de dano anátomo-cósmico funcional definitivo, informar as lesões físicas, impoéticas e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima:
LESÃO TRANSITÓRIA EM MEMBRAS INFERIORES ESQUERDAS, SEM SINAIS DE INVALIDEZ PERMANENTE
VI) Em virtude de todo o que se relatou, há necessidade de exame complementar?

VII) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009, favor preencher a quantificação das lesões permanentes que não sejam mais suscetíveis a tratamento (como sendo parciais) de dano(s) anátomo-cósmico funcional definitivo(s), especificando, segundo o art. 1º da Lei 11.945/09, se(s) sequela(s) corporal(is) encontrada(s) e sendo, segundo o previsto em instrumento legal, firmar a sua graduação:
Sequelas corporais encontradas:
a) ☐ Total (Dano anátomo-cósmico funcional permanente que comprometa a integridade do patrimônio físico e/ou mental da vítima)
b) ☒ Parcial (Dano anátomo-cósmico funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental)

Segmentos Anátomo-cósmicos

Marque a porcentagem

1º Lesão
MEMBRAS INFERIORES ESQUERDAS
a) ☐ 0% Residual ☐ 25% Leve
b) ☐ 50% Média ☒ 75% Intensa

2º Lesão
a) ☐ 0% Residual ☐ 25% Leve
b) ☐ 50% Média ☒ 75% Intensa

3º Lesão
a) ☐ 0% Residual ☐ 25% Leve
b) ☐ 50% Média ☒ 75% Intensa

4º Lesão
a) ☐ 0% Residual ☐ 25% Leve
b) ☐ 50% Média ☒ 75% Intensa

Observações: Hábito: mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, capacitar a respectiva graduação de acordo com os critérios de cada sequela.

Informações Complementares

Data da realização do exame médico legal: **03/09/2020**
Paulo Menezes
FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO
CPF: 195.732.274-87
CRM-PE: 15.808

Assinado eletronicamente por: PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO - 03/09/2020 13:57:14
https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20100210173764100000067606822
Número do documento: 20100210173764100000067606822

Num. 8745

Diante do exposto, resta evidente que o laudo emitido não faz referência ao sinistro narrado na peça inicial do autor e objeto do presente processo, e assim em razão da inexistência de invalidez constatada decorrente do acidente, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

E ainda, caso esse entendimento não seja adotado pelo Juízo, que seja observado que não há comprovação de nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, e assim, deverá ser julgada improcedente a ação.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 30 de setembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadv.com.br

